

No dia da posse, mais um vencimento da dívida externa.

CELSON MING

A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa aos bancos credores não ajudou muito o País a defender as reservas externas. Isso significa que o novo presidente da República vai ter que desativar imediatamente após sua posse uma bomba de alto teor explosivo.

O nível de reservas (dinheiro em caixa) deverá estar, então, ao redor dos US\$ 6,9 bilhões. Em compensação, apenas com juros, haverá um atraso da ordem de US\$ 5,3 bilhões. Além desses, exatamente no dia 15 de março de 1990, dia da posse do novo presidente, vence nova parcela de juros, da ordem de US\$ 1,6 bilhão. Total de atrasos: US\$ 6,9 bilhões, o mesmo valor do nível estimado das reservas.

Como os bancos não admitem a capitalização dos juros da dívida, ou seja, como não admitem a transformação dos juros não pagos em nova dívida, o governo terá então que optar por um entre dois caminhos: ou tentará um acordo rápido com o Fundo Monetário Internacional e com o Comitê de Bancos Credores, para liberação de novos empréstimos destinados ao pagamento dos juros; ou terá que manter a suspensão do pagamento dos juros. Nesse caso, o atraso vai continuar crescendo.

É verdade que o Brasil já pagou, apenas com juros, mais do que deve hoje a seus credores. A dívida externa está avaliada em US\$ 110 bilhões, mais os tais US\$ 6,9 bilhões em atraso. De 1971 até os dias de hoje, o Brasil pagou, a título de juros, aproximadamente US\$ 123 bilhões. Apenas de 1982 para cá, foram desembolsados US\$ 81 bilhões. E, durante o governo Sarney, US\$ 53 bilhões.

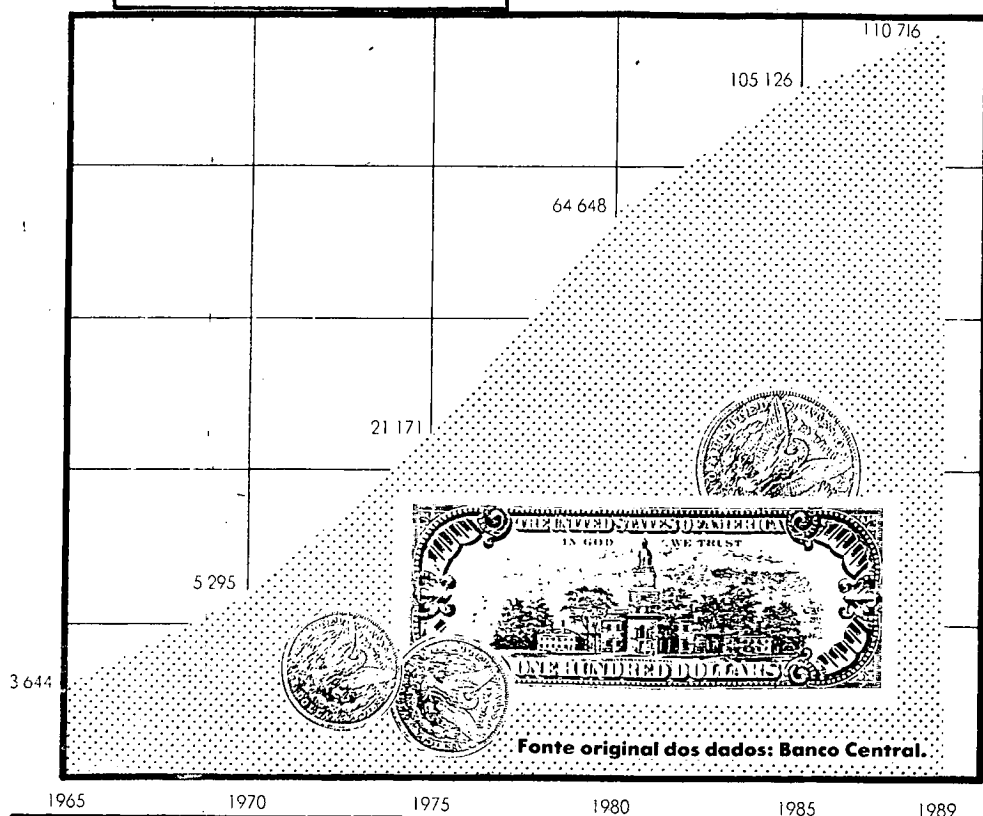
Mas não é possível dizer — como argumentam alguns políticos ligados ao PT — que a dívida já foi paga. É que falta amortizar todo o principal mais os juros que forem vencendo a cada seis meses.

Faca na barriga

Houve um tempo, durante o período 'Funaro, em que o governo brasileiro imaginava usar a moratória unilateral como uma faca encostada na barriga dos banqueiros: se eles não concordassem com uma renegociação em termos mais favoráveis ao Brasil, a suspensão dos pagamentos deixaria os bancos em situação difícil, fato que os levaria a pedir água.

Mas não foi o que aconteceu. Um a um, os bancos passaram a formar reservas

Evolução da Dívida Externa Brasileira (milhões de dólares)



O que eles propõem

Collor

Propõe retirar o aval da União à dívida contraída junto a bancos estrangeiros pelo setor privado; governos estaduais e municipais e também as empresas estatais. Defende, com isso, uma renegociação descentralizada dos débitos, mas não explica como as partes (credores, de um lado; empresas, Estados e Municípios, de outro) aceitariam a proposta. A retirada do aval poderia desembocar, de fato, numa suspensão dos pagamentos.

para enfrentar a eventualidade de um calote. E hoje, nenhum grande banco internacional estaria ameaçado de falência em consequência de uma manobra dessas.

Ao contrário, se é para falar em arma, a que os bancos detêm hoje é bastante perigosa. Trata-se da dívida de curtíssimo prazo, da ordem de US\$ 15 bilhões. Essa dívida corresponde ao crédito comercial (financiamento de importações brasileiras) mais o **overnight** que está sendo girado pelos bancos brasileiros no Exterior.

A suspensão da rolagem desse crédito de US\$ 15 bilhões pelos bancos asfixaria o

Lula

Ruptura com o FMI e suspensão dos pagamentos, seguida de uma auditoria da dívida para determinar as condições em que os empréstimos foram negociados e como o dinheiro foi aplicado. Mobilização popular em torno da questão, até mesmo com a realização de um plebiscito. Prega a negociação política da dívida e a ação comum com outros países devedores, para o que o governo convocaria uma conferência internacional.

Brasil. Nos obrigaria a pagar a vista ou adiantado as nossas importações. Em outras palavras, a quebra do poder de compra do Brasil no Exterior poderia provocar uma quebra das importações, redução do consumo interno e recessão econômica, com todas as suas seqüelas.

O outro caminho é do entendimento. Primeiro, um acordo com o Fundo Monetário Internacional. E, logo em seguida, com os credores. Mas isso implicaria o saneamento das finanças internas, derrubada do déficit público e todas as habituais exigências do Fundo.